

Evolução na Saúde

O ESTADO DE SÃO PAULO 18 NOV 1999

Cerca de 58 milhões de brasileiros já recebem em suas casas as visitas de agentes comunitários de saúde. Nos municípios onde atuam esses profissionais, como mostraram duas reportagens publicadas em **O Estado** nesta semana, a mortalidade infantil é drasticamente reduzida; as mortes por doenças banais, de cura simples e conhecida, são evitadas; e as filas desaparecem da frente dos hospitais.

O objetivo do programa é prevenir as doenças e também evitar que muitos doentes tenham de ir a hospitais, quando é possível o tratamento no próprio domicílio.

O principal trabalho do agente comunitário é fornecer informação e educação sanitária. Quando encontra alguém doente de fato, o atendimento passa a ser do Programa de Saúde da Família, e uma equipe formada de médico e enfermeira vai cuidar do doente em sua própria casa. Oitenta por cento dos casos são resolvidos por essa equipe, sem necessidade de atendimento por médicos especialistas. E, o mais importante, apenas 3% dos casos terminam em internação hospitalar. É essa a razão porque, seja em municípios da periferia de São Paulo, em Teresina, em Florianópolis ou no interior de Pernambuco, o custo da manutenção dos programas de agentes comunitários e de saúde da família nunca ultrapassa R\$ 6 per capita da população atendida.

O médico Sílvio Mendes, da Fundação Municipal de Saúde de Teresina – cidade com 96% da população atendida pelo Programa de Saúde da Família –, explica que o programa atende principalmente as populações das áreas onde são maiores os problemas so-

ciais, onde a medicina convencional está ausente e seria inacessível com suas especialidades, os caros e sofisticados exames, a necessidade de internações hospitalares. Esses programas cuidam, prioritariamente, de diarreia infantil, de asma, pneumonia, tuberculose já identificada, surtos epidêmicos de dengue e cólera. É a rotina das doenças produzidas pelas más condições sociais. O programa já atingiu 3.852 municípios do País porque os prefeitos perceberam que este é o modo mais barato e eficiente de oferecer atendimento de saúde à população carente.

É inquestionável que esses programas exigem execução municipal. Cabe ao governo federal apenas o repasse de recursos e a supervisão, exatamente o que determina o Sistema Único de Saúde. Os programas tiveram início em 1991. Mas, desde o começo dos anos

Desaparecem as filas no hospital com o Programa de Saúde da Família

80, grande número de médicos sanitaristas pedia a troca da “porta de entrada” no sistema de saúde, do hospital para o domicílio.

Os resultados já obtidos reforçam a necessidade de uma mudança no conceito de atendimento pelos serviços públicos de saúde. Ainda há muito o que fazer, sem dúvida, inclusive quanto à formação acadêmica dos profissionais de saúde, estimulando nos jovens estudantes a opção pela clínica geral, que é o que o País mais necessita. Porém, como o administrador do cemitério de Camaragibe em Pernambuco mostrou, desde a implantação do programa de agentes comunitários o número de mortes de crianças caiu de 30 para 5 ao mês. Esse resultado, inédito nas atividades de saúde pública, estimulou a ampliação do programa para dois terços dos municípios brasileiros.